



Ministério Público Estadual



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
DILMAR LOPES CAMERINO

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS
EDUARDO BARROS MALHEIROS
LUCIANO CHAGAS DA SILVA
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
ARNOLDO PETRÚCIO CHAGAS
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FÉLIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
LEAN ANTÔNIO DE ARAÚJO
VICENTE FÉLIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
LUCIANO CHAGAS DA SILVA
EDUARDO BARROS MALHEIROS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
WLADIMIR BESSA DA CRUZ
DIRETOR DO 1º CAO
UBERJARA RAMOS DOS SANTOS
DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
DIRETOR DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL
HUMBERTO PIMENTEL COSTA
DIRETOR-GERAL
EVELINE RODRIGUES DE SOUZA
DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO
DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS
DIRETOR DE CONFIABILIDADE E FINANÇAS
JOSÉ GAMA FILHO
DIRETORA DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA
ANDRÉA DÓRIA DE SOUZA ALMEIDA
DIRETOR DE PESSOAL
OTÁVIO LESSA SARMENTO
CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUTD TENÓRIO DE SOUZA
ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO
GRAÇA CARVALHO

Procuradoria-Geral de JUSTIÇA

DIRETORIA GERAL

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO,
DR. FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO,
NESTA DATA, DESPACHOU OS SEGUINTE PRO-
CESSOS:

Proc: 1.379/05
Interessado: 2º CAO/MP.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Providenciado. Arquite-se.
Proc: 2.003/05
Interessado: Dr. Anderson Cláudio de Almeida Barbosa, Pro-
motor de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Providenciado. Arquite-se.
Proc: 3.155/05
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de
Defesa do Meio Ambiente.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Providenciado. Arquite-se.
Proc: 592/06
Interessado: Promotorias de Justiça de União dos Palmares.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Prejudicado. Arquite-se.
Proc: 659/06
Interessado: Secretaria de Justiça e Defesa Social.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Providenciado. Arquite-se.
Proc: 764/06
Interessado: Instituto Médico Legal.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Prejudicado. Arquite-se.
Proc: 1.088/06
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva da Infância e da
Juventude da Capital.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Providenciado. Arquite-se.
Proc: 1.230/06
Interessado: Ordem dos Advogados do Brasil Seção de
Alagoas - OAB/AL.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Prejudicado. Arquite-se.
Proc: 1.313/06
Interessado: Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Prejudicado. Arquite-se.
Proc: 1.314/06
Interessado: Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Prejudicado. Arquite-se.
Proc: 1.737/06
Interessado: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto,
Procurador de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Prejudicado. Arquite-se.
Proc: 1.969/06
Interessado: Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto,
Procurador de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Prejudicado. Arquite-se.
Proc: 368/07
Interessado: Dra. Alexandra Beurlen, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Prejudicado. Arquite-se.
Proc: 369/07
Interessado: Dra. Alexandra Beurlen, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Prejudicado. Arquite-se.
Proc: 558/07
Interessado: UNIBANCO S/A - União de Bancos Brasilei-
ros.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Prejudicado. Arquite-se.
Proc: 1.837/08
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de
Defesa da Saúde, do Idoso e do Deficiente - PRODSID.
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À DG para as providências cabíveis. Após,
arquite-se.
Proc: 1.840/08
Interessado: Elenise Dautd Tenório de Souza, funcionária
desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo licença médica.
Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. Enca-
minhe-se à DP para anotar. Após, arquite-se.
Proc: 1.845/08
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de
Defesa do Meio Ambiente.
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À DG para as providências cabíveis. Após,
arquite-se.
Proc: 1.854/08
Interessado: Dr. Antônio Luiz dos Santos Filho, Promotor de
Justiça.
Assunto: Requerendo adiamento de férias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. À DP para
anotar. Após, arquite-se.
Proc: 1.857/08
Interessado: Thiago Francisco Cabral Gama Lins, funcioná-
rio desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo licença médica.
Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. Enca-
minhe-se à DP para anotar. Após, arquite-se.
Proc: 1.858/08
Interessado: José Ailton da Silva Júnior, funcionário desta
Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo adiamento de férias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. À DP para
anotar. Após, arquite-se.
Proc: 1.860/08
Interessado: 2º Centro de Apoio Operacional do MP.
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À DG para as providências cabíveis. Após,
arquite-se.
Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió,
23 de julho de 2008.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Assessor Técnico/Diretoria Geral

PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA ESPECI-
ALIZADA DE DEFESA
DA SAÚDE, DO IDOSO E DO DEFICIENTE - P R O D S I D
Procuradoria Geral de Justiça, Rua Pedro Jorge Meio e Sil-
va, Ed. Carlos Guido Ferrário Lôbo, 79, 1º andar,
Poço. Maceió- AL- 57.025-400. Tel (82) 2122-3514/2122-
3515

PORTARIA 2ª PRODSID Nº 06 /08

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 2º
Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de
Defesa da Saúde, do Idoso e do Deficiente - PRODSID, em
face de representação formulada pelo Conselho Gestor da
Unidade de Saúde São José, na qual informa acerca da falta
de condições de atendimento no Hospital da Mulher, antiga
Maternidade Paulo Neto, e;

Considerando que:

a Constituição Federal elegeu o acesso universal e igualitário
à saúde como direito fundamental de todo cidadão;

os Entes Federativos têm o dever de propiciar aos cidadãos
integral acesso aos serviços de saúde, incluindo todo proce-
dimento que seja necessário para a sua manutenção ou rea-
bilitação;

com fulcro nos arts. 127 e 129, II, da Constituição Federal,
bem como nos arts. 142 e 187, da Constituição do Estado
de Alagoas, o Ministério Público é instituição incumbida da
defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, ca-
bendo-lhe zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e
dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados
na Constituição Federal, sendo as ações e serviços de saúde
qualificados, pelo art. 197, da Carta Magna, como de rele-
vância Pública;

RESOLVE:

Com espeque no art. 2º, § 4º da Resolução nº 23, de 17 de
setembro de 2007, do CONSELHONACIONAL DO MI-
NISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO,

promovendo as diligências necessárias à complementação das
informações, passando a adotar as seguintes providências:

- 1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Re-
gistro competente;
 - 2 - comunicação da instauração do presente procedimento
preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do
Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º,
§ 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ;
 - 3 - juntada aos autos de cópia da representação formulada
pelo Conselho Gestor da Unidade de Saúde São José;
 - 4 - requisitar a instauração de fiscalização, pelo setor de con-
trole e avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, acerca
dos fatos narrados na representação anteriormente mencio-
nada, com remessa das conclusões a esta Promotoria de Jus-
tiça;
 - 5 - solicitação de esclarecimentos a respeito da matéria ob-
jeto do presente procedimento à direção do Hospital da
Mulher;
 - 6 - realização de fiscalização com fotos pela Assistente de
Promotoria desta PRODSID.
- Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça,
solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Ofi-
cial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução
CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.
Maceió, 25 de março de 2008.

Micheline Laurindo Tenório Silveira dos Anjos
2ª Promotoria de Justiça da PRODSID

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Rua Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, 2º andar, Poço, Maceió-AL, CEP: 57025-400. Fone: (82) 3356-7201

PORTARIA 1º CPDA Nº 15/2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, em face de representação formulada pela Coordenadora do Projeto Silêncio Urbano (PSIU/UFAL) e outros, informando a ocorrência de elevado volume de ruídos praticados por vendedores de picolés, que realizam a comercialização através de alto-falantes nos carrinhos, oriundos do estabelecimento comercial denominado "PICOLÉS CASEIRO CAICÓ", com sede na Antiga Avenida Amélia Rosa, nº 1450, bairro da Jatiúca, nesta capital, sofrendo a população com a poluição sonora causada e;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar - (NBR) 10.151 - provoca perturbação da saúde mental, ofendendo o meio ambiente e, conseqüentemente, afetando o direito difuso e coletivo, "à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos";

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de posse de informações que possam autorizar a tutela dos interesses e direitos difusos ou coletivos - in casu, a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações -, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.

RESOLVE:

Com espeque no art. 2º, § 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO,

promovendo as diligências necessárias para a complementação das informações, passando a adotar as seguintes providências:

1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - requisição de perícia de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados;

4 - juntada aos autos da representação formulada;

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.
Maceió, 18 de julho de 2008.

DALVA VANDERLEI TENÓRIO AMORIM
Promotora de Justiça
Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente
1º CAO - MP

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça
1º Cargo - PJCEDMA

ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIANº004/08

O Ministério Público Estadual, através do 3º Procurador de Justiça, nas atribuições conferidas pela Portaria nº 721 emanada da Procuradoria Geral de Justiça, que lhe outorga poderes para atuar, conjunta ou separadamente, com os 2º, 3º e 6º Promotores de Justiça, em atribuições na área do meio ambiente,

CONSIDERANDO termos de declaração recebidos de Marcus Fabiano Matos Barboza, residente à rua João Nunes Barboza, de Marcelo Leonardo de Oliveira residente à rua Juscelino Kubitschek, localizados nos bairros Itapuã e Eldorado, respectivamente, no município de Arapiraca - AL, sobre poluição sonora, vandalismo com casas e estabelecimentos localizados próximo ao local, Homicídios, e prostituição, por parte dos indivíduos que frequentam as festas promovidas pelo proprietário do Evento's Bar, localizado na Rua Zeferino Magalhães, Centro de Arapiraca, no qual os declarantes possuem estabelecimentos comerciais.

CONSIDERANDO a Lei nº 9605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente em seus artigos 54, 56 e 60, que tratam da responsabilidade do agente causador de poluição e outros crimes ambientais,

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público promover o inquérito civil para a proteção do meio ambiente, conforme atribuições conferidas pela Constituição Federal em seu artigo 129, inciso 111,

RESOLVEM instaurar Procedimento Administrativo para investigar as condições de funcionamento do referido estabelecimento, quanto ao respeito das normas de proteção ambiental, determinando desde já:

1. Seja registrada a presente Portaria em livro próprio, conforme determinação da Resolução-PGJ 001/99;

2. Seja apensada aos presentes autos a representação recebida;

3. Seja intimado, o proprietário do Evento's Bar para participar de audiência pública na sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, em Arapiraca;

4. Seja encaminhada cópia desta Portaria ao Exmo. Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

5. Seja oficiado ao Exmo. Senhor Procurador Geral de Justiça, solicitando publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas.

Registre-se. Cumpra-se.
Arapiraca(AL), 21 de julho de 2008.

Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Procurador de Justiça

**CORREGEDORIA-GERAL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

SECRETARIA-GERAL

O Corregedor-Geral do Ministério Público, Doutor LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, despachou nesta data os seguintes processos:

Processo-PGJ nº410 e 681/2008

Interessados: Augusto Marques de Oliveira Júnior
Assunto: Representação

Despacho: Isto posto, reconhecida por esta Corregedoria-Geral a inexistência de elementos fáticos capazes de determinar a instauração de procedimento investigativo posterior, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS PRESENTES AUTOS. Publique-se e Cumpra-se.
Comunique-se aos interessados.

Secretaria Geral da Corregedoria-Geral do Ministério Público em 23 de julho de 2008.

SALETE BRAZIL
Assessora Administrativa

NOTA DECLARATÓRIA

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de julho do ano de 2008, no Auditório Edgar Valente de Lima Filho, instalado no edifício-sede do Ministério Público local, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça substituto Francisco José Sarmento de Azevedo, estando presentes os excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Antiógenes Marques de Lira e Dennis Lima Calheiros, e sendo aí, às 09:00 horas, não havendo quórum para instalação de Sessão Ordinária do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça destinada à análise e encaminhamento da proposta orçamentária do Ministério Público de Alagoas para o exercício 2009, o que persistiu após decorrido o prazo de 15 (quinze) minutos, a mesma reunião foi prejudicada e adiada para a próxima sessão ordinária. Do que para constar, eu, Vicente José Cavalcante Porciúncula, Promotor de Justiça de 3ª Entrância e Secretário ad hoc do Órgão Colegiado, lavrei a presente nota que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Procurador-Geral de Justiça substituto e Presidente, em exercício, do Colégio de Procuradores do Ministério Público de Alagoas.

Francisco José Sarmento de Azevedo
Procurador-Geral de Justiça substituto, em exercício.

NOTADECLARATÓRIA

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de julho do ano de 2008, no Auditório Edgar Valente de Lima Filho, instalado no edifício-sede do Ministério Público local, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça substituto Francisco José Sarmento de Azevedo, estando presente o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Coaracy José Oliveira da Fonseca e os excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Luciano Chagas da Silva, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino e Dennis Lima Calheiros, e sendo aí, às 09:00 horas, não havendo quórum para instalação da 3ª Sessão Ordinária do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça destinada à análise e encaminhamento da proposta orçamentária do Ministério Público de Alagoas para o exercício 2009, o que persistiu após decorrido o prazo de 15 (quinze) minutos, a mesma reunião foi prejudicada. Do que para constar, eu, Vicente José Cavalcante Porciúncula, Promotor de Justiça de 3ª Entrância e Secretário ad hoc do Órgão Colegiado, lavrei a presente nota que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Colégio de Procuradores do Ministério Público de Alagoas.

Francisco José Sarmento de Azevedo
Procurador-Geral de Justiça substituto, em exercício.

PROTOCOLO GERAL

AO(S) 23' DIA(S) DO MÊS DE JULHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc.1869 / 2008

Interessado:
JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
Assunto:
REQ. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MP
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.1870 / 2008

Interessado:
SERVIDORES DO AMBULATÓRIO 24 HORAS NOÉLIA LESSA
Assunto:
REQ. PROVIDENCIAS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.1871 / 2008

Interessado:
MORADORES DA RUA HAMILTON DE BARROS SOBRINHO,
JATIUCA
Assunto:
REQ. PROVIDENCIAS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.1872 / 2008

Interessado:
DR. ANTÔNIO LUIZ DOS SANTOS FILHO,
PROMOTOR DE JUSTIÇA
Assunto:
REQUERENDO REVOGAÇÃO DE PORTARIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.1873 / 2008

Interessado:
CARLOS HENRIQUE CAVALCANTI LIMA,
FUNCIONÁRIO DESTA
PGJ
Assunto:
REQUERENDO FÉRIAS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.1874 / 2008

Interessado:
DR. MAURÍCIO ANDRÉ B. PITTA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Assunto:
REQ. REMARCAÇÃO DE FÉRIAS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.1875 / 2008

Interessado:
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
Assunto:
REQ. AUTORIZAÇÃO P/ CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.1876 / 2008 Interessado: DR. CLÁUDIO JOSÉ MOREIRA TELES, PRO- MOTOR DE JUSTIÇA Assunto: REQUERENDO SUSPENSÃO DE FÉRIAS Remetido para: DIRETORIA GERAL	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 9/7/2008 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ ----- CAMARA CRIMINAL -----	----- TRIBUNAL PLENO CIVEL ----- 2007.001498-3 R. ESPECIAL (AGRAVO DE INSTRUMENTO) CAPITAL RECORRTE : ESPOLIO DE SEVERINO JOSE DA SILVA P/SEU INVENTARIANTE RECORRDO : LUCIA MARIA LIRA DE ALMEIDA Entrada :17/6/2008 Retirada :18/6/2008 Devolução :23/7/2008 Saidap/ TJ 23/7/2008 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 17/6/2008 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: COARACY JOSE O.DA FONSECA ----- TRIBUNAL PLENO CIVEL -----	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 18/7/2008 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: COARACY JOSE O.DA FONSECA ----- TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC ----- 2008.001887-4 HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL CAPITAL PACIENTE : MARIO ANTONIO DE OLIVEIRA XAVIER E OUTROS : Entrada :18/7/2008 Retirada :21/7/2008 Devolução :23/7/2008 Saidap/ TJ 23/7/2008
Proc.1877 / 2008 Interessado: JUÍZO DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA CAPITAL/FAMÍLIA Assunto: COMUNICANDO AO PROCURADOR GERAL Remetido para: DIRETORIA GERAL LUIZ JOSE DE MELO FALCAO ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)	2008.001742-5 APELAÇÃO CRIMINAL CAPITAL APETE : ANTONIO GOMES DA SILVA APEDO : MINISTERIO PUBLICO Entrada :10/7/2008 Retirada :11/7/2008 Devolução :23/7/2008 Saidap/ TJ 23/7/2008 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 10/7/2008 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ ----- CAMARA CRIMINAL -----	2007.002410-4 MANDADO DE SEGURANÇA (TPC) CAPITAL IMPTE : AMPAL-ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLI- CO DO ESTADO DE ALAGOAS IMPEDO : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS E SECRETARIO DE ESTADO DE GESTAO PUBLICA Entrada :10/7/2008 Retirada :10/7/2008 Devolução :23/7/2008 Saidap/ TJ 23/7/2008 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 10/7/2008 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: COARACY JOSE O.DA FONSECA ----- TRIBUNAL PLENO CIVEL -----	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 18/7/2008 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: COARACY JOSE O.DA FONSECA BIANCA ATTANASIO ANDRADE ASSESSORA TÉCNICA ----- PROTOCOLO GERAL -----
AO(S) '23' DIA(S) DO MÊS DE JULHO O FUNCIO- NÁRIO COMPETENTE DESTA SETOR DE PROTOCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ AS TREZE E TRIN- TA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S): CAMARA CRIMINAL -----	2008.001661-2 APELAÇÃO CRIMINAL CAPITAL APETE : MINISTERIO PUBLICO APEDO : DAGVAN CARLOS DA SILVA Entrada :10/7/2008 Retirada :11/7/2008 Devolução :23/7/2008 Saidap/ TJ 23/7/2008 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 10/7/2008 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ ----- CAMARA CRIMINAL -----	2005.003130-9 RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL) CAPITAL RECORRTE : LUZIA PAULINO DOS SANTOS E OUTROS RECORRDO : J.L.T.P. REP/MAE E.T.DE S. Entrada :18/7/2008 Retirada :21/7/2008 Devolução :23/7/2008 Saidap/ TJ 23/7/2008 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 18/7/2008 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: COARACY JOSE O.DA FONSECA ----- TRIBUNAL PLENO CIVEL -----	AO(S) '23' DIA(S) DO MÊS DE JULHO O FUNCIO- NÁRIO COMPETENTE DESTA SETOR DE PROTOCOLO, PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA, ATÉ AS TREZE E TRINTA, DOS SE- GUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S): 2ª CAMARA CIVEL ----- 2008.001327-6 AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INS- TRUMENTO ARAPIRACA AGRAVANTE : CASA-COMPANHIA DE ABASTECIMENTO D'AGUA E SANEAMENTO DE ALAGOAS AGRAVADO : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS Entrada :21/7/2008 Retirada :23/7/2008 Devolução : Saidap/ TJ :
2008.001719-5 RECURSO CRIME CAPITAL RECORRTE : PEDRO ANTONIO DA SILVA RECORRDO : MINISTERIO PUBLICO Entrada :9/7/2008 Retirada :9/7/2008 Devolução :23/7/2008 Saidap/ TJ 23/7/2008 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 9/7/2008 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ ----- CAMARA CRIMINAL -----	2008.001658-8 CARTA TESTEMUNHAVEL CAPITAL TESTEMUN : MINISTERIO PUBLICO TESTEMADO : EDUARDO JOSE BOTELHO TRIGUEIROS Entrada :21/7/2008 Retirada :22/7/2008 Devolução :23/7/2008 Saidap/ TJ 23/7/2008 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 21/7/2008 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ANTIOGENES MARQUES DE LIRA	2007.002984-3 RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL) CAPITAL RECORRTE : BRASIL TELECOM S.A RECORRDO : EDGAR VALENTE DE LIMA FILHO Entrada :18/7/2008 Retirada :21/7/2008 Devolução :23/7/2008 Saidap/ TJ 23/7/2008	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 21/7/2008 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: DENNIS LIMA CALHEIROS BIANCA ATTANASIO ANDRADE ASSESSORA TÉCNICA